



Eixo 1 – Não deixar ninguém para trás

Não deixaremos as mulheres para trás: fontes de informação, liberdades e capacidades de Sen e Nussbaum no Antropoceno

We will not leave women behind: information sources, freedoms, and capabilities of Sen and Nussbaum in the Anthropocene

Carla Maria Martellote Viola – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict) – carlaviola@ibict.br

Carla Beatriz Marques Felipe – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) – felipecarla12@gmail.com

Alessandra Duarte Caldeira Avila – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict)/Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) – alessandraavila@alessandraavila.adv.br

Resumo: A pesquisa apresenta uma matriz teórico-metodológica de fontes de informação para mulheres, articulando Biblioteconomia, liberdades e capacidades de Sen e Nussbaum, a fim de compreender as bibliotecas como infraestruturas de justiça informacional no contexto do Antropoceno. A pesquisa se caracteriza como qualitativa, bibliográfica, documental e propositiva-exploratória. O resultado é a elaboração da matriz de fontes de informação para liberdades e capacidades das mulheres. Conclui-se que essa matriz oferece contribuição para bibliotecas públicas, universitárias, escolares, comunitárias, especializadas e digitais e para as pessoas bibliotecárias na orientação de serviços e em ações de referência como curadoria documental e estratégias de encaminhamento responsável.

Palavras-chave: Fontes de Informação. Liberdades. Capacidades. Antropoceno. Mulheres.

Abstract: This research presents a theoretical-methodological matrix of information sources for women, articulating Library Science, Sen's and Nussbaum's freedoms and capabilities, to understand libraries as infrastructures of informational justice in the context of the Anthropocene. The research is characterized as qualitative, bibliographic, documentary, and propositional-exploratory. The result is the



development of a matrix of information sources for women's freedoms and capabilities. It concludes that this matrix contributes to basic, university, school, community, specialized, and digital libraries, as well as to librarians, by guiding services and reference actions, such as documentary curation and responsible referral strategies.

Keywords: Information Sources. Freedoms. Capabilities. Anthropocene. Women.

1 INTRODUÇÃO

No Antropoceno, a crise planetária expõe a vulnerabilidade desigual dos corpos e saberes femininos, cujas memórias e direitos, historicamente silenciados, tornam-se informações ameaçadas diante de um sistema patriarcal que destrói territórios, ecologias e modos de existência que sustentam a vida e o conhecimento das mulheres (Fary; Savioli, 2020). Nesse cenário, as bibliotecas deixam de ser compreendidas apenas como espaços de guarda, organização e circulação de acervos. Elas passam a ser reconhecidas como instituições de mediação, acolhimento, formação crítica, justiça informacional e fortalecimento democrático (Trainotti Filho; Trainotti, 2018). Diante de sociedades atravessadas por desigualdades, desinformação, exclusão digital, violências e assimetrias de acesso ao conhecimento, as bibliotecas podem atuar como infraestruturas públicas de liberdade. Nesse linear, as liberdades substantivas são fundamentais para o desenvolvimento humano e, a partir da intensidade dessas liberdades, o sucesso de uma sociedade pode ser avaliado (Sen, 1999).

As mulheres são afetadas por desigualdades informacionais que limitam suas liberdades, especialmente quando consideradas em sua diversidade de raça, classe, território, escolaridade, deficiência, idade, orientação sexual, maternidade, condição econômica e exposição a violências. Embora existam leis, políticas públicas, canais de denúncia, redes de atendimento, documentos oficiais, cartilhas, dados públicos e serviços institucionais voltados à proteção e promoção dos direitos das mulheres, a existência e divulgação dessas fontes não garante, por si só, que elas sejam encontradas, compreendidas, avaliadas e utilizadas de forma segura. Soma-se a esse debate a contribuição de Amartya Sen (1999), posteriormente aprofundada por



Martha Nussbaum (2005), sobre as capacidades¹ como dimensões centrais do desenvolvimento humano, da cidadania e da justiça social.

Dessa forma, a controvérsia é que não basta a existência da informação; é preciso que ela amplie liberdades e capacidades reais das mulheres. Diante desse impasse, as questões que se pretende responder são: (1) Como as bibliotecas podem organizar e mediar fontes de informação voltadas aos direitos, à proteção e à cidadania das mulheres de modo a ampliar as liberdades e capacidades propostas por Amartya Sen e Martha Nussbaum?; e (2) Quais tipos de fontes de informação podem apoiar mulheres no conhecimento e no exercício de seus direitos?

Para responder a esses questionamentos, o objetivo desta pesquisa é apresentar uma matriz teórico-metodológica de fontes de informação para mulheres, articulando Biblioteconomia, liberdades e capacidades de Sen e Nussbaum, a fim de compreender as bibliotecas como infraestruturas de justiça informacional no contexto do Antropoceno. Neste recorte, as bibliotecas constituem o objeto institucional de análise, enquanto bibliotecárias e bibliotecários são compreendidos como agentes profissionais responsáveis por práticas de curadoria, organização, mediação, orientação e encaminhamento informacional.

A justificativa deste artigo parte da ideia de que ‘não deixarmos as mulheres para trás’ exige garantir mais do que disponibilidade formal da informação, exige criar condições para que essa informação se transforme em liberdades e capacidades. A originalidade da proposta está em aproximar três aspectos que raramente são trabalhados de forma integrada: fontes de informação, direitos das mulheres e abordagem das liberdades e capacidades nas perspectivas de Sen (1999) e Nussbaum (2005, 2006). Essa aproximação permite compreender as bibliotecas como instituições capazes de transformar fontes de informação em meios concretos de proteção e cidadania a partir da atuação das pessoas bibliotecárias.

¹ O termo capacidade é usado neste trabalho para representar a tradução da palavra na língua inglesa *capability* que deriva da fusão de *ability* (habilidade) e *capacity* (capacidade). Em português, não há consenso quanto à melhor tradução do termo *capability*, assim sendo, adotou-se o neologismo – capacidade – para entendimento e possível tradução do termo e não – capacidade – como fazem alguns tradutores brasileiros das obras de Amartya Sen e Martha Nussbaum.



2 LIBERDADES E CAPABILIDADES DE SEN E NUSSBAUM E AS FONTES DE INFORMAÇÃO

A abordagem das liberdades e capacidades é mobilizada neste artigo de modo instrumental ao problema informacional investigado. Em *Development as Freedom*, Sen (1999) compreende o desenvolvimento como expansão de liberdades substantivas, isto é, como ampliação das reais oportunidades que as pessoas possuem para escolher, agir e participar da vida social. Para o autor, cinco liberdades instrumentais contribuem para esse processo: liberdades políticas, facilidades econômicas, oportunidades sociais, garantias de transparência e segurança protetora.

No recorte deste estudo, tais liberdades interessam porque ajudam a analisar se a informação disponível às mulheres se converte, de fato, em possibilidade de escolha, proteção, participação e autonomia. Assim, a questão central não é apenas saber se existem fontes de informação sobre direitos das mulheres, mas se essas fontes podem ser encontradas, compreendidas, avaliadas e usadas em situações concretas de necessidade.

Nesse contexto, Comim (2021) observa que, em Sen, as liberdades possuem valor instrumental e constitutivo, pois servem para alcançar outros fins e, ao mesmo tempo, importam por si mesmas. Essa compreensão permite aproximar a teoria do desenvolvimento humano da Biblioteconomia, pois a base informacional disponível a cada pessoa interfere diretamente nas escolhas que ela consegue realizar.

Em consonância com tais questões, Nussbaum (2005, 2006) amplia essa discussão ao especificar uma lista de capacidades humanas centrais, entre elas vida, saúde corporal, integridade corporal, sentidos, imaginação e pensamento, emoções, razão prática, afiliação, relação com outras espécies, atividades lúdicas e controle sobre o próprio ambiente. Para os fins deste artigo, essa lista não é tratada de forma exaustiva, mas como referência analítica para relacionar necessidades informacionais das mulheres a dimensões de dignidade, autonomia, proteção e participação social.

Desse modo, o conceito de capacidade é utilizado de forma delimitada, não como uma teoria completa de justiça social a ser esgotada, mas como chave para compreender quando uma fonte de informação deixa de ser apenas um recurso documental físico ou digital e passa a funcionar como condição para o exercício concreto de direitos.



Outra questão abordada por Sen (1999) se refere à base informacional da análise da justiça social, diretamente relacionada às liberdades e às capacidades. É nessa articulação entre base informacional, direito e justiça que muitas mulheres enfrentam barreiras informacionais relacionadas à linguagem jurídica, à dispersão das fontes, à baixa acessibilidade digital, à falta de mediação, à desinformação, ao medo institucional e à ausência de redes de apoio. Essas barreiras limitam suas liberdades e reduzem suas capacidades.

Nesse enquadramento, destaca-se a necessidade de fontes de informação capazes de apoiar mulheres na localização, seleção e uso de informações organizadas, permitindo o acesso a documentos, serviços, instituições e recursos voltados a necessidades específicas de conhecimento (Campello; Caldeira, 2008). Evidencia-se que a fonte primária é a raiz do conhecimento, a fonte secundária é a agregação de um novo conhecimento com base em outras fontes, sejam primárias ou não, e a fonte terciária é a compilação das fontes primárias e secundárias (Baggio; Costa; Blattmann, 2016). Nessa perspectiva, a atuação da pessoa bibliotecária se torna decisiva para transformar a existência da fonte em possibilidade real de uso, especialmente quando se trata de informações voltadas ao conhecimento dos direitos das mulheres. As fontes de informação deixam de ser apenas recursos documentais físicos ou digitais e passam a funcionar como meios de ampliação de liberdades e capacidades.

Há de se considerar que as fontes de informação não são neutras nem meros “lugares de busca”, mas recursos organizados que precisam ser conhecidos, selecionados e mediados para responder a necessidades informacionais concretas. Por essa razão, quando as fontes de informação são digitais, sua qualidade não pode ser presumida apenas pela presença na *web* ou pela autoridade aparente da instituição. É necessário avaliar acessibilidade, usabilidade, atualização, credibilidade, clareza e adequação ao contexto das mulheres, conforme os critérios de qualidade das fontes digitais discutidos por Tomaél, Alcará e Silva (2016). Ao organizar critérios para avaliação de fontes de informação digital, torna-se possível compreender que a qualidade informacional é condição para que o acesso se converta em capacidade.



3 METODOLOGIA

A pesquisa se caracteriza como qualitativa, bibliográfica, documental e propositiva-exploratória. É qualitativa porque buscou compreender os significados sociais e informacionais das fontes de informação voltadas às mulheres. É bibliográfica porque mobilizou a interseção dos conceitos de liberdades, capacidades, desenvolvimento humano, base informacional e fontes de informação. É documental porque considerou, como fonte primária de coleta, fontes públicas e institucionais relacionadas aos direitos das mulheres, tais como legislação, decisões judiciais, atos normativos, dados oficiais, relatórios públicos originais, registros administrativos e protocolo. Essas fontes primárias foram escolhidas por sua pertinência direta ao objetivo da pesquisa: identificar recursos informacionais que podem ser organizados e mediados por bibliotecas a partir das pessoas bibliotecárias para apoiar mulheres no conhecimento, na proteção e no exercício de seus direitos.

O percurso metodológico para a construção da matriz se organizou em seis etapas: (1ª) delimitação do problema informacional, centrado na relação entre mulheres, direitos, fontes de informação, mediação em bibliotecas e atuação das pessoas bibliotecárias; (2ª) levantamento bibliográfico sobre fontes de informação, liberdades, capacidades, desenvolvimento humano e qualidade de fontes digitais; (3ª) identificação documental de fontes em cada grupo de necessidades das mulheres com a indicação da legislação aplicável e de decisões judiciais, atos normativos, dados oficiais, relatórios públicos originais, registros administrativos, protocolo de atendimento e outros em portais governamentais, do legislativo e do judiciário para consulta e uso; (4ª) agrupamento das fontes por função informacional, considerando conhecer direitos, reconhecer violações, buscar proteção, acessar serviços, denunciar, fiscalizar políticas públicas, participar de decisões e fortalecer autonomia econômica e social; (5ª) cruzamento analítico dessas funções com as cinco liberdades instrumentais de Sen e com capacidades de Nussbaum selecionadas por pertinência as liberdades instrumentais; e (6ª) sistematização das bibliotecas como espaços de curadoria, organização, mediação, avaliação de fontes e encaminhamento responsável pelas pessoas bibliotecárias.



Quanto aos sujeitos e ao objeto empírico-propositivo, a pesquisa diferencia as bibliotecas que são tratadas como instituições e infraestruturas mediadoras da justiça informacional; e as pessoas bibliotecárias que são compreendidas como agentes atuantes na operacionalização de serviços, curadorias, ações de referência, oficinas, mapas de fontes e encaminhamentos. A manutenção dos dois elementos na análise se justifica porque o acesso, a disponibilidade e a compreensão da informação dependem da articulação entre estrutura institucional, política de serviços e ação profissional.

A matriz de fontes de informação para liberdades e capacidades das mulheres foi elaborado por procedimento interpretativo e de agrupamento. A inclusão das fontes considerou cinco critérios: pertinência temática aos direitos das mulheres; confiabilidade institucional ou bibliográfica; função informacional desempenhada pela fonte; correspondência com as liberdades de Sen e as capacidades de Nussbaum; e potencial de mediação na biblioteca e atuação das pessoas bibliotecárias. A análise não teve como finalidade medir a ocorrência quantitativa de termos, mas construir uma matriz teórico-metodológica reprodutível, na qual cada agrupamento pode ser rastreado a partir dos critérios adotados. As ferramentas utilizadas foram leitura analítica, fichamento bibliográfico-documental e organização manual dos agrupamentos na matriz analítica.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como resultado teórico-metodológico, o artigo apresenta uma Matriz de Fontes de Informação para Liberdades e Capacidades das Mulheres. A matriz foi construída a partir dos critérios definidos na metodologia: pertinência ao direito das mulheres, confiabilidade da fonte, função informacional, correspondência teórica com Sen e Nussbaum e possibilidade de mediação bibliotecária com atuação das pessoas bibliotecárias. Desse modo, cada linha do quadro resulta do cruzamento entre uma liberdade instrumental, um conjunto de capacidades relacionadas, uma necessidade informacional recorrente e formas de mediação das bibliotecas com atuação bibliotecária. A proposta parte de uma distinção fundamental: acesso formal não é o mesmo que acesso capacitante. O acesso formal ocorre quando a informação está disponível em leis, portais, bases, protocolos, registros, relatórios, cartilhas, guias ou



serviços. O acesso capacitante ocorre quando a mulher consegue encontrar, compreender, avaliar e usar essa informação para ampliar suas escolhas reais. É nesse segundo nível que a biblioteca atua como infraestrutura institucional e que as pessoas bibliotecárias atuam como profissionais.

A matriz não pretende esgotar todas as fontes possíveis, mas oferecer um modelo de organização e mediação que possa ser adaptado por diferentes tipos de bibliotecas. Por isso, os exemplos foram selecionados pela relevância para situações concretas enfrentadas por mulheres, como liberdades política, facilidades econômicas, oportunidades sociais, garantias de transparência e segurança protetora.

Quadro 1 - Matriz de fontes de informação para liberdades e capacidades das mulheres

Liberdades instrumentais de Sen	Capabilidades de Nussbaum agrupadas	Necessidades informacional das mulheres	Principais fontes de informação	Atuação da pessoa bibliotecária nas bibliotecas
Liberdades políticas	Controle sobre o próprio ambiente político.	Conhecer direitos políticos, acompanhar leis, participar de consultas públicas, audiências e decisões coletivas.	Constituição Federal; lei eleitoral; proposições legislativas nos portais do Legislativo – Câmara e Senado; decisões judiciais no portal do Judiciário; relatórios e registros no portal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)	Ensinar busca legislativa e judicial, criar guias de participação cidadã, formar mulheres para acompanhar leis, proposições legislativas e políticas públicas
Facilidades econômicas	Controle sobre o próprio ambiente material.	Acessar direitos trabalhistas, previdenciários, patrimoniais, benefícios, renda, crédito, capacitação e empreendedorismo	Constituição Federal; Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), legislação previdenciária, relatórios e registros nas juntas comerciais e portais governamentais	Curar fontes sobre autonomia econômica, orientar uso de serviços digitais e organizar trilhas informacionais sobre trabalho, renda e propriedade.
Oportunidades sociais	Saúde corporal, sentidos, imaginação, pensamento e educação.	Acessar saúde, educação, assistência social, cultura, moradia, cuidado, maternidade e saúde sexual e reprodutiva.	Constituição Federal; Lei de promoção, proteção e recuperação da saúde; protocolos; relatórios e registros em portais de serviços do Sistema do Único de Saúde (SUS), do Sistema Único de Assistência Social	Promover competência em informação, rodas de conversa, oficinas, guias locais de serviços e mediação de fontes acessíveis.



Liberdades instrumentais de Sen	Capabilidades de Nussbaum agrupadas	Necessidades informacional das mulheres	Principais fontes de informação	Atuação da pessoa bibliotecária nas bibliotecas
			(SUAS), da Defensoria Pública, do Ministério das Mulheres, das secretarias estaduais e municipais	
Garantias de transparência	Razão prática, controle e pensamento crítico.	Fiscalizar políticas públicas, consultar dados, registrar reclamações, acionar ouvidorias e cobrar respostas do Estado.	Constituição Federal; Lei de Acesso à Informação (LAI); dados abertos; relatórios oficiais e indicadores no portal da transparência	Ensinar uso da LAI, leitura de dados públicos, consulta de observatórios busca em portais de transparência e acompanhamento de políticas para mulheres.
Segurança protetora	Integridade corporal e emoções.	Reconhecer violência, buscar ajuda, denunciar, solicitar medidas protetivas e acessar redes de acolhimento.	Constituição Federal; Lei Maria da Penha, protocolo oficial de atendimento à mulher em situação de violência; protocolo de atendimento humanizado; protocolo de encaminhamento entre delegacia, Defensoria Pública, Ministério Público, norma técnica de atendimento à saúde e assistência social.	Disponibilizar informação segura, discreta, atualizada e acessível; organizar mapas de atendimento e encaminhar para Atendimento à Mulher (Ligue 180), delegacias especializadas, defensorias, casas-abrigo e centros de referência

Fonte: Elaborada pelas autoras.

A matriz demonstra que a biblioteca pode atuar como mediadora a partir da atuação das pessoas bibliotecárias entre mulheres e sistemas de direitos, convertendo fontes de informação em condições concretas de liberdade, autonomia, proteção, participação e justiça informacional. Nessa perspectiva, a atuação da pessoa bibliotecária deixa de ser apenas uma atividade técnica e passa a ter dimensão ética, social e política, pois permite que a informação seja apropriada como recurso para o exercício de direitos e para o fortalecimento das capacidades humanas. Assim, ao organizar fontes confiáveis sobre participação política, trabalho, saúde, assistência social, transparência pública e proteção contra violências, a biblioteca contribui para ampliar as liberdades instrumentais e as capacidades agrupadas em destaque com a



atuação das pessoas bibliotecárias. De acordo com Tomaél, Alcará e Silva (2016), a qualidade dessas fontes de informação também é decisiva, pois a informação somente se converte em capacidade quando é acessível, confiável, atual, compreensível e pertinente ao contexto de uso das mulheres, contribuindo assim para a ampliação de liberdades no Antropoceno. Desse modo, a biblioteca pode ser compreendida como uma infraestrutura que possibilita capacidades, pois não apenas disponibiliza fontes de informação, mas cria condições para que mulheres transformem informação em escolha, escolha em ação e ação em liberdade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo propôs compreender as fontes de informação como instrumentos de ampliação das liberdades e capacidades das mulheres, a partir das contribuições de Amartya Sen e Martha Nussbaum. A proposta desloca a discussão sobre fontes de informação de uma perspectiva meramente classificatória para uma perspectiva ética, social e emancipatória. A principal contribuição do estudo consiste em afirmar que fontes de informação podem ser compreendidas como infraestruturas que possibilitam o desenvolvimento das capacidades. Quando organizadas, avaliadas e mediadas por bibliotecas com a atuação das pessoas bibliotecárias, essas fontes podem ampliar liberdades políticas, facilidades econômicas, oportunidades sociais, garantias de transparência e segurança protetora. A partir da articulação entre Sen e Nussbaum, o artigo demonstra que o acesso à informação jurídica, legislativa e administrativa é condição para a dignidade, a autonomia e a participação das mulheres. Sem informação confiável, uma mulher pode ter direitos formalmente reconhecidos, mas permanecer sem condições reais de exercê-los. Nesse sentido, a exclusão informacional é também exclusão de liberdade.

A Matriz de Fontes de Informação para Liberdades e Capacidades das Mulheres oferece uma contribuição teórico-metodológica para bibliotecas públicas, universitárias, escolares, comunitárias, especializadas e digitais e para as pessoas bibliotecárias. Ela pode orientar a criação de guias, oficinas, serviços e ações de referência, curadorias digitais, mapas de serviços e estratégias de encaminhamento responsável. Nos limiares do Antropoceno, bibliotecas são chamadas a responder às



desigualdades de seu tempo. Entre essas respostas está a atuação das pessoas bibliotecárias para construção de práticas informacionais comprometidas com justiça, democracia, diversidade e cuidado.

Ao mediar fontes confiáveis sobre direitos das mulheres, as bibliotecas e pessoas bibliotecárias podem contribuir para transformar informação em capacidade, capacidade em liberdade e liberdade em cidadania. Portanto, 'não deixaremos as mulheres para trás' significa garantir que elas tenham condições reais de acessar, compreender e usar informações sobre seus direitos para viver com dignidade, proteger seus corpos, participar da vida pública e controlar os rumos de sua própria existência.

Como limitação, destaca-se que o estudo apresenta uma matriz teórico-metodológica ainda não testada empiricamente em serviços bibliotecários. Pesquisas futuras poderão aplicar a matriz em bibliotecas públicas, comunitárias, universitárias ou digitais, avaliando sua adequação junto as usuárias, as equipes bibliotecárias e as redes institucionais de atendimento às mulheres.

REFERÊNCIAS

- BAGGIO, Claudia Carmem; COSTA, Heloisa; BLATTMANN, Ursula. Seleção de tipos de fontes de informação. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, João Pessoa, v. 6, n. 2, p. 32-47, jul./dez. 2016. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5763754>. Acesso em: 26 abr. 2026.
- CAMPELLO, Bernadete Santos; CALDEIRA, Paulo da Terra (org.). **Introdução às fontes de informação**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. 184 p.
- COMIM, Flavio. **Além da liberdade**: Anotações críticas do desenvolvimento como liberdade de Amartya Sen. Flavio Comim, 2021. eBook Kindle.
- FARY, Bruna Adriane; SAVIOLI, Angela Marta Pereira das Dores. Eros e as mulheres nas educações para a ciência no Antropoceno. **Anais do VI Simpósio Gênero e Políticas Públicas**, Londrina, v. 6, p. 204, 2020. DOI: <https://doi.org/10.5433/SGPP.2020v6.p204>.
- NUSSBAUM, Martha Craven. **Capabilities as Fundamental Entitlements**: Sen and Social Justice. In: AGARWAL, Bina; HUMPHRIES, Jane; ROBEYNS, Ingrid (ed.). Amartya Sen's work and ideas: A gender perspective. Nova York: Routledge, 2005.
- NUSSBAUM, Martha Craven. **Frontiers of Justice**: disability, nationality, species membership. Cambridge: Harvard University Press, 2006.
- SEN, Amartya Kumar. **Development as freedom**. Oxford: Oxford University Press, 1999.



TOMÁÉL, Maria Inês; ALCARÁ, Adriana Rosecler; SILVA, Terezinha Elisabeth da. Fontes de informação digital: critérios de qualidade. In: TOMÁÉL, Maria Inês; ALCARÁ, Adriana Rosecler (org.). **Fontes de informação digital**. Londrina: Eduel, 2016. p. 13-44.

TRAINOTTI FILHO, Alcir Mario; TRAINOTTI, Cintia Ghisi. **Fontes de informação**. Indaial: UNIASSELVI, 2018.

